

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE: O CASO DE UMA FILIAL MINEIRA DA MULTINACIONAL FOODS&MEAL

Sarentaty Inês Karoline Santana dos Reis ¹
Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros²

RESUMO: Este estudo visa descobrir se houve avanços nos desafios sustentáveis impostos pela atividade de uma empresa de produção de alimentos com filial em Uberlândia/MG. O objetivo principal é analisar os relatórios corporativos anuais disponíveis no site oficial da empresa, do período de 2005 a 2016, e compará-los para delimitar os avanços alcançados. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental com fins descritivos e abordagem qualitativa e posterior análise de conteúdo. A investigação foi fundamentada em teorias relativas ao conceito de políticas públicas ambientais, desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental corporativa. Após fazer as devidas conceituações e trazer autores que evidenciam o assunto, com o intuito de descobrir como o sujeito da pesquisa se porta diante da responsabilidade ambiental que possui, foram investigados os objetivos específicos propostos na introdução. A respeito dos resultados, notou-se que a companhia investe em ações para utilizar uma energia limpa e sustentável, usar a água de forma racional, reduzir a emissão direta de gases do efeito estufa e manter uma gestão responsável dos resíduos gerados. Pode-se concluir que essa empresa tem uma postura proativa na maneira em que opera os negócios, pois desenvolve estratégias que antecipam formas de lidar com os problemas ambientais.

Palavras-Chave: Responsabilidade Ambiental Corporativa; Gestão Ambiental; Sustentabilidade.

ABSTRACT: This study seeks to uncover whether advances have been made in as much as sustainable challenges imposed by the activity of a foodstuff manufacturing company with a branch in Uberlândia/MG are concerned. The main objective is to analyze the annual corporate reports available on the company's official website, from the period 2005 to 2016, and compare them to delimit the advances achieved. To this end, it was carried out a documentary research with descriptive purposes and qualitative approach and subsequent content analysis. The research was based on theories concerning the concept of environmental public policies, sustainable development and corporate environmental responsibility. After making the due conceptualizations and bringing authors who highlight the subject, in order to discover how the subject of the research behaves before the environmental responsibility it has, the specific objectives proposed in the introduction were investigated. In as much as results are concerned, one notices that the company invests in actions to use clean and sustainable energy, use water rationally, reduce the

¹ Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Gestão Organizacional (Mestrado Profissional) pela Universidade Federal de Uberlândia (2018). Possui Pós-graduação em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes Campos, Campos dos Goytacazes, RJ (2016). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (2011).

² Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas - EAESP - linha de pesquisa Estudos Organizacionais, Bolsista Produtividade CNPq Nível II. Visiting Fellow na Faculty of Business and Law da Open University, Milton Keynes, UK. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (2008). Mestrado em Administração pelo Centro Universitário de Franca (2002). Pós-doutorado em Administração na FGV/EAESP, pesquisando métodos visuais em Estudos Organizacionais.

direct emission of greenhouse gases and maintain a responsible management of generated waste. One might conclude that this company has a proactive posture in the way it operates its business as it develops strategies that anticipate ways of dealing with environmental problems.

Keywords: Corporate Environmental Responsibility. Environmental Management. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre sustentabilidade assumiram um espaço central nas agendas de quase todos os países, pela sua importância no atual contexto que desafia questões ambientais e de mudanças climáticas. Nesse contexto, as questões sociais e ambientais ocupam lugar de destaque na contemporaneidade (CARRIERI, SILVA, PIMENTEL, 2009), já que, ao visar o progresso econômico, o Brasil vislumbra a destruição ambiental, quando não dá prioridade para as necessidades do meio ambiente (ROHRICH E CUNHA, 2004).

Como forma de reverter esse quadro de agravamento, ainda na década de 80, criou-se um setor dedicado à responsabilidade ambiental das empresas, um mercado promissor, um novo produto/serviço. A conscientização da população e a expansão do movimento ambientalista foram importantes para pressionar os órgãos de regulação em relação ao controle e monitoramento da poluição, bem como na consolidação de um aparato institucional e legal da política ambiental (MAIMON, 1994).

Para complementar a reflexão, Da Silva et al (2020) justificam que somente a partir de encontros internacionais entre governos, diretrizes e acordos firmados (sobre o uso consciente do meio ambiente) é que surgiram leis, políticas, planos de ação, tais como: logística reversa, manejo de resíduos sólidos, manejo florestal, uso de energia limpa, etc. Diante disso, as empresas, tanto públicas quanto particulares, têm obrigações legais e éticas com relação a preservar o meio ambiente, ao desenvolver suas atividades.

Diante do exposto, surge a seguinte questão norteadora do estudo: houve avanços nos desafios sustentáveis impostos pela atividade-fim de uma empresa multinacional de produção de alimentos com filial em Uberlândia/MG? Assim o objetivo deste estudo foi analisar os relatórios corporativos anuais disponíveis no site oficial da empresa, do período de 2005 a 2016 (relatórios disponibilizados para consulta no site oficial da empresa), e compará-los para delimitar os avanços alcançados e propor melhores práticas sustentáveis, caso necessário. Os objetivos específicos consistem em (i) conhecer o conteúdo disponibilizado sobre sustentabilidade e gestão ambiental; (ii) identificar quais as ações planejadas que realmente foram postas em práticas; (iii) analisar os números referentes à gestão de resíduos e de reciclagem de água e (iv) apresentar os resultados da pesquisa e propor melhorias, caso necessário.

O estudo em questão é relevante pelo interesse ambiental que está presente em todo o mundo, que procuram estratégias e alternativas para alcançarem os objetivos sustentáveis. Além disso, torna-se evidente sobressaltar o interesse das organizações em agir de forma sustentável e correta. Espera-se que este estudo sirva de luz para incentivar pesquisadores que buscam contribuir para o conhecimento científico sobre a gestão corporativa do meio ambiente.

Além da introdução, o artigo possui um item com o embasamento teórico que contempla informações sobre a questão ambiental, as iniciativas empresariais estratégicas relacionadas ao meio ambiente e a necessidade de sensibilização e comprometimento da população diante dos problemas ambientais. Os itens subsequentes apresentam a metodologia utilizada na pesquisa, os dados coletados por meio de pesquisa documental com análise de conteúdo. Por fim, são apresentadas as conclusões deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção, apresenta-se uma discussão sobre políticas públicas ambientais, desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental corporativa.

2.1. Desenvolvimento Sustentável

Alguns autores defendem que é necessário constituir uma estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável, promovendo a coesão social e a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente. Em consonância com esse pensamento, e levando em consideração a elaboração de regras para um desenvolvimento sustentável, Cavalcanti (2001) defende que a sustentabilidade seria uma delimitar as possibilidades de crescimento e ressalta a necessidade de as políticas públicas no Brasil se preocuparem com as questões ecológicas.

Nascimento et al (2007) explicam que desenvolvimento é um conceito pluridimensional, ao justificarem que o crescimento econômico não é a solução para tudo, apesar de ser uma condição necessária para que o desenvolvimento ocorra. Segundo o mesmo autor, entre os diversos tipos de direitos do homem, encontra-se o direito a um meio ambiente saudável.

“A noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que, sem a natureza, nada pode ser produzido de forma sólida” (CAVALCANTI, 2001, p.11). Para alcançar um desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável devem ser considerados três parâmetros: a) educação; b) gestão participativa - contribui para elevar o envolvimento da população, criando não somente expectativas consistentes, mas um sentimento de responsabilidade quanto às escolhas feitas; c) diálogo de stakeholders ou partes envolvidas (CAVALCANTI, 2001). Já Mészáros (2007) conceitua sustentabilidade como poder estar no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais de forma que os seres humanos podem encontrar satisfação, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase naturais determinações socioeconômicas.

Em concordância com esse conceito, Sguarezi (2014) defende ser preciso entender a sustentabilidade como algo vivo e, a partir disso, transformar em “ações concretas em escala social ampliada em forma de tecnologias sociais e políticas públicas que emancipem os movimentos sociais e dialeticamente reflita a ousadia que permita construir a futuridade em horizontes inovadores” (p.39), já que o desenvolvimento sustentável adquire o papel estratégico em discursos e projetos. Neste sentido, o autor garante que a sustentabilidade busca o equilíbrio das condições de vida do humano e do não-humano, sendo que aqueles que não são ricos devem ter acesso às condições de vida semelhantes às dos ricos. Dessa forma, segundo o autor, haveria uma lógica da desordem, que daria rumo a uma nova ordem para erguer outro mundo.

Como não se pode deixar de lado a questão econômica, Fernandes e Betanho (2017, p. 293) explicam que a sustentabilidade, quando foi pensada pelos movimentos sociais de preservação ambiental, “indicava a necessidade de parar a degradação, mudar o rumo da produção e do consumo, mesmo que houvesse prejuízo econômico para empresas e países”. No entanto, interesses políticos e econômicos impedem que ela seja assim aplicada. Desta forma, o que se tem aplicado é a busca por “conciliação de interesses” (FERNANDES; BETANHO, 2017). Neste sentido, Sguarezi (2014) defende que deva prevalecer uma sociedade sustentável, técnica e economicamente viável, ao invés daquela que tenta resolver seus problemas através do crescimento constante. Segundo ele, a transição para uma sociedade sustentável exige equilíbrio

cuidadoso entre objetivos de curto e longo prazo e ênfase em suficiência, equidade e qualidade de vida, em vez de quantidade de produção.

Para complementar o entendimento sobre desenvolvimento sustentável, serão apresentados no próximo tópico os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

2.2. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países membros (à época) assinassem a Agenda 2030, um plano global composto por 17 ODSs e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030, são eles: 1) Erradicação da pobreza (Desenvolve produtos ou serviços que beneficiam e melhoram a qualidade de vida de grupos economicamente vulneráveis); 2) Fome zero e agricultura sustentável (Apoia pequenos produtores de alimentos e a agricultura familiar); 3) Saúde e Bem-estar (Incentiva comportamentos saudáveis entre seus públicos e melhora o acesso de seus colaboradores aos cuidados com a saúde.); 4) Educação de qualidade (assegura que os funcionários de suas operações diretas e da cadeia de fornecimento tenham acesso a treinamento profissional e oportunidades de aprendizagem); 5) Igualdade de Gênero (Trata mulheres e homens de forma justa, com oportunidades iguais de crescimento profissional e equiparação de cargos e salários.); 6) Água potável e Saneamento (Implanta estratégias de gestão da água que sejam ambientalmente sustentáveis e economicamente benéficas na região hidrográfica onde atua.); 7) Energia Acessível e Limpa (Aumenta sua eficiência energética, utiliza fontes renováveis e leva essas mesmas ações à sua cadeia de suprimentos.); 8) Trabalho decente e crescimento econômico (Garante condições de trabalho decente para funcionários em toda a sua operação e na cadeia de negócios e suprimentos. Cria empregos decentes e formais em setores intensivos em mão de obra. Educa e treina para o trabalho.); 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura (Investe em tecnologia para criar produtos, serviços e modelos de negócios Que promovam uma infraestrutura sustentável, moderna e resiliente.); 10) Redução das desigualdades (Cria e implementa produtos, serviços e modelos de negócios que visam explicitamente às necessidades das populações desfavorecidas e marginalizadas. Desenvolve políticas de compras que beneficiam pequenas empresas da região em que atua.); 11) Cidades e comunidades sustentáveis (Pesquisa, desenvolve e implanta produtos e serviços que melhoram o acesso a edifícios resilientes, mobilidade eficiente, limpa e moderna e a espaços comuns verdes.); 12) Consumo e produção responsáveis (Desenvolve, implementa e compartilha soluções para rastrear e divulgar a procedência de seus produtos, informar o consumidor por meio de políticas de rotulagem e monitora a eficácia dessa ação buscando o desenvolvimento da consciência ambiental e social na sociedade.); 13) Ação contra a mudança global do clima (Reduz substancialmente as emissões associadas às operações próprias e às da cadeia de suprimentos, em alinhamento com os mecanismos de regulação climática.); 14) Vida na água (Pesquisa, desenvolve e implementa produtos, serviços e modelos de negócios que eliminam impactos nos ecossistemas oceânicos e colaboram para sua restauração.); 15) Vida terrestre (Implementa políticas e práticas para proteger os ecossistemas naturais que são afetados por suas atividades e pelas ações de sua cadeia de suprimentos.); 16) Paz, justiça e instituições eficazes (Identifica e toma medidas eficazes contra a corrupção e a violência, nas suas próprias operações e nas de sua cadeia de abastecimento.) e 17) Parcerias e meios de implementação (Atua em conjunto com o governo e sociedade civil em prol dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável) (AGENDA 2030, 2015).

Após entender quais são esses objetivos, é preciso ter ciência de qual o papel das políticas públicas ambientais para que se possa alcançá-los.

2.3. Políticas Públicas Ambientais

Na visão de Acselrad (2004), empresas e governos tendem a agir no âmbito da lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade de resolver a degradação ambiental, com isso se confirma a importância de haver uma responsabilidade ambiental corporativa. Porém, antes de abordar essa responsabilidade, é preciso falar sobre as políticas públicas ambientais que asseguram esse dever de preservar das organizações.

Castro e Oliveira (2014) alertam que a dimensão ambiental tem como centro a sustentabilidade, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável pelo uso adequado dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais. Segundo os autores, as políticas públicas podem e devem cumprir papel relevante, buscando a recuperação e preservação do meio ambiente, como critério para o desenho e para a implementação dos programas e das ações. Já que os problemas ambientais atingem fortemente as populações mais pobres, fato que força a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas.

Cavalcanti (2001, p.4) defende que o desafio do desenvolvimento sustentável deve ser enfrentado por políticas inteligentes, que possam levar a uma melhoria real das condições de vida das pessoas pobres, “sem perturbar funções ecossistêmicas essenciais”. O autor defende ser necessário que as políticas de governo para o desenvolvimento sustentável sejam desenhadas no contexto de princípios éticos relativos ao bem-estar das gerações atuais e futuras, conforme prevê o artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). A partir dessa previsão constitucional, Freiria (2011) ressalta que a finalidade das políticas públicas ambientais é aprimorar a relação da sociedade com o meio ambiente e são fundamentadas pelo Direito Ambiental. “Temas previstos como recursos hídricos, aspectos florestais, gestão de resíduos, mudanças climáticas, [...] necessitam de práticas de gestão [...] [que] devem ser realizadas nas organizações públicas (União, Estados e Municípios), privadas (Empresas) e pelo próprio cidadão” (FREIRIA, 2011, p.2).

Ao se aprimorar a gestão desses temas, também se efetivam as Políticas Públicas Ambientais. Porém, deve-se ter em conta que não é preciso somente implementar a política, pois a parte de avaliação é essencial para averiguar se realmente essa política está sendo eficaz e eficiente.

Segundo os critérios para avaliar instrumentos de políticas ambientais, pode-se adotar medidas de melhoria para a política em questão, como sugere Assis et al (2012, p.14) ao afirmarem que a avaliação traz dados e generalizações com base nos dados do sistema político, o que muitas vezes contradiz aquilo que deveria ser seguido dentro de um programa de políticas públicas. “[...] com o tempo, as ideias da avaliação penetram na consciência das pessoas e mudam o modo como as questões são postas e as alternativas desenhadas [...]”.

Não se pode, porém, falar de políticas públicas sem mencionar o desenvolvimento sustentável, já que, segundo Assis et al (2012) há uma emergência em se conceituar esse tema, pois se busca novos instrumentos para lidar com a complexidade, incerteza e pluralidade de valores relacionados a ele.

Diante dos conceitos acima sobre políticas ambientais, pretende-se discutir a responsabilidade que as organizações possuem de preservação ambiental.

2.4. Responsabilidade Ambiental Corporativa

Ao abordar a problemática ambiental, Lorenzetti e Carrion (2012) defendem que se trata de uma importante temática no âmbito da governança, caso seja considerado o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano universal. Segundo os autores, diferentes atores são responsáveis por participar dessa gestão. Neste sentido, Sehnem et al (2012) defendem que essas empresas devem ter uma postura proativa na maneira em que operam os negócios, de forma que se torna necessário desenvolver estratégias que possam antecipar formas de lidar com os problemas ambientais. Em concordância, Sanches (2010) justifica que as tecnologias ambientais asseguram o desenvolvimento econômico, produtivo e ambiental; e que, também, o meio ambiente cria paradigmas de concorrência industrial e emerge como importante questão para o estabelecimento dos rumos dos mercados e das sociedades locais e globais.

Na visão de Da Silva et al (2020), pesquisadores de diferentes áreas do mundo estão atentos a tentar entender qual é a importância da responsabilidade ambiental organizacional e quais os motivos que levam as empresas a adotarem estratégias que possam amenizar os impactos causados ao meio ambiente. O autor também sugere que, cada vez mais, essas organizações colocam a responsabilidade ambiental como um dos focos da agenda corporativa, demonstrando, assim, o compromisso com a legislação vigente de atenção ao meio ambiente.

Carrieri, Silva e Pimentel (2009) garantem que a responsabilidade socioambiental nas organizações está presente no discurso e na prática da alta direção, dos gerentes e de boa parte dos técnicos, que podem se sentir ameaçados quando tal compromisso interfere em seus objetivos particulares.

Por outra perspectiva, De Freitas e De Rezende (2010) trazem a ideia de que a consciência nas escolhas individuais de consumo como forte influenciadora nas consequências positivas ou negativas no bem-estar coletivo. Já que essas escolhas contribuem para o debate sobre a importância e o reconhecimento, por parte dos indivíduos, da responsabilidade socioambiental. Os autores explicam que a competitividade internacional estimula processos de produção, de distribuição e de consumo cada vez mais acelerados, diversificados e especializados, o que pode inviabilizar ações ambientais responsáveis. Há também a reflexão de que “a consciência de se encontrar um equilíbrio entre as ações corporativas e individuais, a preservação da natureza e o bem-estar público torna-se um dos maiores avanços do século XX e integra os grandes desafios da atualidade” (DE FREITAS E DE REZENDE, 2010, p. 30).

Diante desse contexto e dos desafios apresentados, apresentam-se os aspectos metodológicos que basearão essa pesquisa.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para se responder aos objetivos deste trabalho, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, que, segundo Teis e Teis (2006), caracteriza-se pelo seu enfoque interpretativo e também tem a prerrogativa de observar o fato no ambiente natural dele. Gerhardt e Silveira (2009) explicam que este tipo de abordagem faz com que os pesquisadores se preocupem em explicar o porquê das coisas, já que eles seriam ao mesmo tempo sujeito e objeto da própria pesquisa. Esse tipo de abordagem torna o desenvolvimento da pesquisa imprevisível, já que o conhecimento do pesquisador é “parcial e limitado” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32). Para reforçar essa ideia, Augusto et al, (2013) garantem que esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Trata-se de uma pesquisa documental, que se torna vantajosa ao permitir a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável, e pode ser valiosa ao revelar aspectos novos de um tema ou problema (AUGUSTO et al., 2013). Da Fonseca (2002) dispõe que a pesquisa documental se vale de várias fontes, como: “tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão” (p.32). Neste trabalho serão usados relatórios oficiais da empresa. Para analisar os dados obtidos, será feita uma análise de conteúdo que, segundo Bardin (1994, p. 18) é uma “técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Após essa análise, será feita uma comparação entre os relatórios de cada ano com o objetivo de delimitar os avanços alcançados e propor melhores práticas sustentáveis.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção, apresentam-se os dados coletados e a análise deles.

4.1. Apresentação dos dados

Nesta parte do estudo serão apresentados os dados da pesquisa, referentes aos desafios sustentáveis impostos pela atividade de uma empresa multinacional de produção de alimentos com filial em Uberlândia/MG. O período de análise da pesquisa será entre 2005 e 2016, sendo que nem todos os anos tiveram os dados divulgados nos relatórios anuais disponibilizados no site da empresa.

Inicialmente, serão apresentadas informações sobre recursos gastos em indicadores ambientais, metas anuais para minimizar resíduos, o consumo geral na produção/operação para aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais e eficiência no consumo de energia e água. Na tabela 1 serão apresentados os dados gastos com indicadores ambientais de 2005 a 2010 e de 2014 a 2015.

Tabela 1: Recursos gastos em indicadores ambientais*

Indicadores Ambientais**	2005	2006	2007	2008	2009***	2010	2014	2015
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	16.094	18.040	21.394	22.254	18.548	17.199	16.091	23.284
Investimentos em programas e/ou projetos internos	4.276	6.399	10.410	6.130	887	660	893	342
Total de investimentos em meio ambiente	20.370	24.439	31.805	28.383	19.435	17.859	16.984	23.626

Fonte: Site oficial da empresa

*Os valores reportados incluem a empresa mencionada e suas subsidiárias

**valor em milhares de R\$

***Os valores de investimento do ano de 2009 foram reclassificados entre produção e programas externos

A partir dos dados apresentados acima, de 2005 a 2008 houve aumento constante nos investimentos relacionados com produção/operação da empresa, porém a partir de 2009 houve redução nesses mesmos índices, voltando a aumentar somente em 2015. Já nos investimentos em programas e/ou projetos internos com incentivo à sustentabilidade, os dados não seguiram uma ordem crescente ou decrescente, sendo sempre variável. O total de investimentos em meio ambiente foi maior no ano de 2007, sofrendo decréscimo constante até 2014 e tendo recuperação somente em 2015.

Em relação à porcentagem alcançada das metas para uso racional de recurso e minimizar os resíduos gerados pela empresa, a tabela 2 mostra que de 2005 a 2010 a empresa cumpriu de 76 a 100% das metas, porém em 2014 cumpriu somente de 51 a 75% delas e em 2015 pode nem ter cumprido as metas ou ter cumprido somente até 50% delas.

Tabela 2: Metas anuais para minimizar resíduos, o consumo geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais

	Não possui metas	Cumpre de 0 a 50%	Cumpre de 51 a 75%	Cumpre de 76 a 100%
2005				x
2006				x
2007				x
2008				x
2009				x
2010				x
2014			x	
2015		x		

Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Na tabela 3 são apresentados os dados relativos ao consumo de energia de cada unidade da empresa. É perceptível que na unidade de grãos e processamento de soja no ano fiscal de 2014/2015 teve 91,89% do uso de energia renovável. Outro dado relevante é na unidade de amidos e adoçantes, que obteve 82,37% e também na unidade de açúcar e etanol que apresentou mais de 100% desse uso.

Tabela 3: Evolução da eficiência no consumo de energia ano-base 2010 (%)*

	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	Uso de energia renovável (%) 2014/2015
Grãos e processamento de soja	5,17	4,02	(6,26)	3,05	1,39	91,89
Foods	(0,99)	5,57	24,30	18,94	10,97	79,5
Cacau e chocolate	(2,40)	9,56	16,86	5,91	6,03	31,66
Amidos e adoçantes	(5,63)	(2,76)	(0,56)	(26,31)	(0,87)	82,37
Açúcar e etanol	(110,75)	(23,29)	0,00	(8,25)	(1,11)	112,5
Especialidades industriais	(23,13)	(8,06)	(1,37)	(9,01)	(8,61)	12,71

Fonte: Site oficial da empresa

*As informações correspondem ao ano fiscal, ou seja, ao período de junho de um ano a maio do ano seguinte

Sobre o consumo de água, a tabela 4 apresenta uma economia no ano fiscal de 2014/2015 em todas as unidades, exceto nas usinas de açúcar e álcool.

Tabela 4: Consumo de água (mil m³)*

	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Grãos e processamento de soja	1.846,0	1.856,9	1.963,8	1.976,2	1.325,7
Foods	340,4	2.079,7	2.623,8	2.313,4	1.846,2

Cacau e chocolate	106,4	138,3	141,1	116,9	77,5
Amidos e adoçantes	2.594,8	2.624,7	2.837,6	2.243,8	1.179,4
Usina de açúcar e álcool	2.713,7	2.324,07	2.511,8	2.239,0	2.549,8
Especialidades industriais	25,0	17,0	14,4	18,9	14,3
Total de consumo água/ano	7.626,3	9.041,3	10.092,5	8.906,2	6.993,1
Reuso por consumo de água (%)	0,42	2,25	2,99	1,64	0,48

Fonte: Site oficial da empresa

*As informações correspondem ao ano fiscal, ou seja, ao período de junho de um ano a maio do ano seguinte

Já a tabela 5 mostra a medição da emissão dos gases de efeito estufa das unidades da empresa, nos anos fiscais de 2010/2011 a 2015/2016. Apesar de não haver uma constante nesses dados, fica evidente que no ano fiscal de 2015/2016 houve uma redução considerável nessas medições nas unidades de grãos e processamento de soja, *foods*, e especialidades industriais. Houve aumento nesses índices nas unidades de cacau e chocolate, amidos e adoçantes e usina de açúcar e álcool. Essas são consideradas emissões diretas desses gases. Na tabela 6 foram disponibilizados os dados referentes à emissão indireta desses mesmos gases. Pode-se perceber que somente no ano fiscal de 2015/2016 esse tipo de emissão começou a ser medido. Como resposta a essa medição, observa-se que a unidade de amidos e adoçantes é aquela que mais libera esses gases, seguida pelas unidades de grãos e processamento de soja e a de *foods*. A que menos emitiu foi a unidade de usina de açúcar e álcool.

Tabela 5: Resultado da emissão de gases do efeito estufa (%)*

	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Grãos e processamento de soja	2,86	2,89	2,58	7,16**	5,64	0,12
Foods	2,33	23,71	30,20	23,61	24,2	1,80
Cacau e chocolate	(3,80)	3,47	19,47	11,21	11,24	13,94
Amidos e adoçantes	(4,35)	(1,43)	(6,45)	26,51	16,91	5,84
Usina de açúcar e álcool	0,00	0,00	0,00	(6,72)	(3,78)	0,35
Especialidades industriais	(12,09)	(1,52)	2,96	(3,80)	17,32	1,92

Fonte: Site oficial da empresa

* A empresa considera para calcula as emissões diretas de suas operações e de gases do efeito estufa. Os indicadores são quilos de emissões por tonelada de produto produzido.

** Devido ao aumento do consumo de energia cogerada, houve aumento das emissões. Na cogeração de energia, a queima da biomassa produz emissão maior do que na geração de hidrelétricas.

Tabela 6: Emissões indiretas de gases do efeito estufa (em toneladas de CO₂e)*

Unidade de negócios	2015/2016
Grãos e processamento de soja	8.867
Foods	4.183
Cacau e chocolate	2.188
Amidos e adoçantes	14.728

Usina de açúcar e álcool	77
Especialidades industriais	234
TOTAL	30.275

Fonte: Site oficial da empresa

* Primeiro ano fiscal que a empresa publica emissões indiretas.

Por último, na tabela 7, apresentam-se os dados relativos aos resíduos produzidos na empresa, com base no ano fiscal de 2015/2016. Esses resíduos são divididos entre perigosos, não perigosos e orgânicos. Pode-se notar que a maioria desses resíduos é classificada como orgânicos, exceto nas unidades de cacau e chocolate e usina de açúcar e álcool. Em relação à classificação de perigoso ou não perigoso, tem-se que em todas as unidades predominam os resíduos não perigosos.

Tabela 7: Resíduos no ano fiscal 2015/2016 (em tonelada)*

Unidade de negócios	PERIGOSOS	NÃO PERIGOSOS	ORGÂNICOS	TOTAL
Grãos e processamento de soja	373	6.298	21.040	27.711
Foods	23	13.989	27.464	41.476
Cacau e chocolate	0	361	0	361
Amidos e adoçantes	29	1.117	38.871	40.017
Usina de açúcar e álcool	27	120.346	32	120.405
Especialidades industriais	2	218	2.044	2.264
TOTAL	454	142.329	89.451	232.234

Fonte: Site oficial da empresa

*são considerados somente os resíduos que têm custo de destinação

Diante dos dados fornecidos nas tabelas acima, a seguir será apresentada a análise dos resultados.

4.2. Análise dos Resultados

Apesar de a empresa pesquisada apresentar os dados divulgados na sessão anterior a partir do ano de 2005, somente em 2014 o relatório anual da empresa continha as propostas ambientais que eram realizadas para alcançar os mesmos dados.

Em 2014, em relação ao uso consciente de energia, a empresa mostrou que grande parte da matriz energética, utilizada nas unidades industriais e nos armazéns, é obtida através da biomassa. A companhia investe, desde então, no plantio e no planejamento de suas operações florestais, assim como na compra desses recursos para ampliar o crescimento de energia renovável.

Dessa forma, as informações apresentadas na tabela 3 - Evolução da eficiência no consumo de energia – mostra o alto comprometimento da empresa com a energia renovável, sendo que no intervalo de 2014/2015 houve a seguinte porcentagem da utilização dessa energia: grãos e processamento de soja (91,89%), *foods* (79,5%), cacau e chocolate (31,66%), amido e adoçantes (82,37%), açúcar e etanol (112,5%), especialidades industriais (12,71%). Diante desses números, observa-se o comprometimento da organização com o meio ambiente ao utilizar uma energia limpa e sustentável.

Em relação à água, a companhia demonstrou interesse em conscientizar sobre o uso racional nas operações e a importância desse recurso para a vida e para os negócios. Com esse propósito, em 2014, a empresa realizou um prêmio pelo uso racional de água que, segundo ela, é uma maneira de estimular nos funcionários a postura proativa para o desenvolvimento de propostas e iniciativas direcionadas à redução do consumo de água nas operações, foi feita uma etapa local e outra nacional. O interessante desse prêmio é que ele recompensa até iniciativas desenvolvidas por funcionários e aplicadas em suas casas ou em seus bairros. Na tabela 8 serão apresentadas as propostas premiadas.

Tabela 8: Prêmio pelo uso racional de água

Categoria	Projeto vencedor	Localidade	Resultado
Empresa em ação	Otimização de CIP	Mairinque (SP)	Economia de 70 mil litros de água ao mês
Empresa Inovação	Sustentabilidade Toyo	Goiânia (GO)	Reaproveitamento de 163 m ³ ao mês
Casa e Comunidade em ação	Água, um bem preciso	Mairinque (SP)	Economia de 4 mil litros de água por mês, mobilização da comunidade e conscientização ambiental.

Fonte: Adaptado do site oficial da empresa pelos autores (2021)

Ao verificar os resultados apresentados na tabela acima, pode-se observar que foram economizados 74 mil litros e reaproveitados outros 163 m³ de água ao mês, além de conscientizar funcionários e comunidade sobre a problemática. Outras informações que devem ser evidenciadas são as apresentadas na tabela 4 sobre o uso de água dos anos. De 2010 a 2013, o consumo de água cresceu progressivamente, vindo a cair somente nos anos fiscais de 2013/2014 e 2014/2015 (período em que foi apresentado o prêmio para iniciativas que incentive o uso racional de água). A exceção foi a para a usina de açúcar e álcool - primeiro investimento da companhia no setor sucroalcooleiro brasileiro, em 2006. Dessa forma, torna-se evidente que, além da preocupação com o uso consciente de energia, a empresa também se dedica ao consumo racional de água.

Quanto à emissão direta de gases do efeito estufa, a companhia revelou que investe em iniciativas que visam à redução dos mesmos. Com isso, segundo o relatório anual de 2014, as unidades envolvidas no processo trabalharam com metas de redução de 5% em relação a 2010. Os investimentos para alcançar esse objetivo contemplam processos de automatização de processos de combustão, monitoramento online desses gases e, conforme já mencionado, o aumento do consumo de energia renovável (biomassa).

Um bom exemplo dessas iniciativas está na cidade de Uberlândia (MG), onde a empresa instalou o ciclo regenerativo da energia e também a reforma das caldeiras, ações que contribuíram com melhorias para a queima da fornalha e consequente redução dos gases. Outra ação com o mesmo intuito foi realizada em Rio Verde (GO), que contou com uma equipe da sede global em Minneapolis (Estados Unidos): o antigo sistema de queima da lenha foi substituído por um sistema automatizado de cavaco de madeiras, mais eficiente, de acordo com a companhia. Também foram modernizados os equipamentos da refinaria, o que proporcionou a redução de 15% no consumo do vapor. Essa última ação também foi efetivada nas refinarias de Primavera do Leste (MT), Três Lagoas (MG) e Ponta Grossa (PR).

A organização só começou a medir as emissões indiretas (aquelas que decorrem das operações da empresa, mas que acontecem “fora dos seus portões”) de gases do efeito estufa no ano fiscal de 2015/2016 e acusou que, nesse período, a companhia foi responsável por emitir 30.275 toneladas de CO₂e, conforme tabela 6.

Outro aspecto deve ser analisado ao pensar na responsabilidade ambiental de uma empresa é a forma como ela trata os resíduos que são gerados por ela. Sendo assim, de acordo com o relatório de 2015, há a gestão responsável dos resíduos de toda a sua operação e todos os materiais são sempre descartados, monitorados, armazenados, pesados e destinados com a aprovação do órgão ambiental responsável. Neste mesmo ano, a companhia implantou um sistema chamado GV RESÍDUOS, ferramenta utilizada, à época, em cinco filiais da empresa, para realizar toda a gestão de resíduos gerados dentro das localidades.

Segundo a tabela 7, no ano fiscal 2015/2016 foram descartadas 232.234 toneladas de material, sendo 38,5% orgânicos, 61,3% não perigosos e apenas 0,2% perigosos. Diante desses números, a empresa garante que os resíduos são tratados e destinados de forma adequada, conforme especificações. Os resíduos não perigosos têm como métodos de destinação: reutilização, reciclagem, recuperação de energia, injeção subterrânea de resíduos, aterro, compostagem e incineração. Os perigosos são encaminhados para: coprocessamento, armazenamento local, reciclagem, reutilização, incineração, aterro, aterro industrial ou compostagem. Já os resíduos orgânicos são enviados para aterros sanitários ou compostagem.

A empresa também conta com a ação Renove o Meio Ambiente, que atua em parcerias com municípios, com iniciativas como coleta de óleo vegetal residual destinado à reciclagem, coleta seletiva e conscientização ambiental. Diante dessa realidade, torna-se evidente que a organização cumpre seu papel na responsabilidade ambiental corporativa. De acordo com a seção de referencial teórico desta pesquisa, essa empresa tem uma postura proativa na maneira em que opera os negócios, pois desenvolve estratégias que antecipam formas de lidar com os problemas ambientais.

Esta pesquisa reforça o que foi apontado por Da Silva et al (2020) que pesquisadores de diferentes áreas do mundo estão atentos a tentar entender qual é a importância da responsabilidade ambiental organizacional e quais os motivos que levam as empresas a adotarem estratégias que possam amenizar os impactos causados por elas ao meio ambiente. A organização objeto desta pesquisa, com ações e projetos, colocou a responsabilidade ambiental como um dos focos da agenda corporativa, demonstrando, assim, o compromisso com a legislação vigente de atenção ao meio ambiente. Na próxima seção deste estudo serão apresentadas as considerações finais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relumedumará, 2004, p. 23-40.

ASSIS, M. P. de et al. Avaliação de políticas ambientais: desafios e perspectivas . Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 21, n. suppl.3, p. 7-20 , dez. 2012.

AUGUSTO, C. A., SOUZA, J. P. D., DELLAGNELO, E. H. L., & CARIO, S. A. F. (2013). Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). Revista de Economia e Sociologia Rural, 51(4), 745-764.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: edições, 70, 225.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARRIERI, A. de P.; SILVA, A. R. L. da; PIMENTEL, T. D. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. *Revista de Administração Contemporânea*, 2009, 13.1: 1-16.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori (Org.) *Avaliação de Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, p.20-48.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Cortez, 2001.

DA FONSECA, J. J. S. (2002). *Apostila de metodologia da pesquisa científica*. João José Saraiva da Fonseca.

DA SILVA, P. M. M., et al. Responsabilidade ambiental corporativa: um panorama das publicações internacionais para a identificação de temáticas emergentes. *Gestão & Regionalidade*, 2020, 36.109.

DE FREITAS, A. G. G., & DE REZENDE, D. C. (2010). A complexa relação entre marketing social corporativo e consumo consciente. *Revista Brasileira de Marketing*, 9(3), 27-48.

FERNANDES, J. E.; BETANHO, C.(Org.). *Economia Popular Solidaria – Nosso Sul: a transformação pela solidariedade*. 1. ed. Uberlândia: Editora Navegando, 2017.v. 1. 199 f.

FREIRIA, R.C. *Direito, gestão e políticas públicas ambientais*. Editora SENAC São Paulo, 2011.

GERHARDT, T. E., & SILVEIRA, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.

GIL, A. (2015). *Como elaborar projetos de pesquisa*. –reimpr.–São Paulo: Atlas, 2007.

LORENZETTI, J.V. ;CARRION, R. M. Governança ambiental global: atores e cenários. *Cadernos Ebape. br*, 2012, 10.3: 721-735.

MAIMON, D. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.34, n.4, p.119-130, jul-ago. 1994.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Biotempo, 2007.

NASCIMENTO, E. P. do, et al. *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ROHRICH, S.; CUNHA, J. da. A proposição de uma taxonomia para análise da gestão ambiental no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.8, n.4, p. 81- 97, out-dez. 2004.

SANCHES, C. Gestão ambiental proativa. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.40, n.1, jan-mar. p. 76-87, 2000

SEHNEM, S. et al. Gestão e estratégia ambiental: um estudo bibliométrico sobre o interesse do tema nos periódicos acadêmicos brasileiros. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), 2012, 18.2: 468-493.

SGUAREZI, S. B. Epistemologias do sul: interfaces entre autogestão, transconhecimento, transsustentabilidade. In: RODRIGUES, Agnaldo da S.; FRANÇA, Raimundo (Orgs). Epistemologias do Sul: Estudos de literatura, línguas e educação. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. p. 335-354.

TEIS, D. T., & TEIS, M. A. (2006). A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 1, 1-8.

TRIVIÑOS, A. N. da S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.